

Discurso como Reitor da Universidade do Minho (1982)

Terminou o tempo legal da instalação da Universidade do Minho e, nele, arrancou esta jovem Universidade, num período agitado da vida nacional; agora estamos iniciando uma nova fase com a primeira eleição do seu Reitor, a reestruturação da reitoria e da administração, e o funcionamento legal dos principais órgãos de coordenação científica e pedagógica da Universidade.

Na primeira fase, criou-se a Universidade; agora, numa segunda fase, tem que desenvolver-se. Será igualmente uma fase difícil e exigente até porque a maior parte dos mecanismos que a condicionam e as forças que a determinam ultrapassam a própria Instituição.

Tudo isto nos obriga a sermos audazes e cautelosos juntamente, na implementação dos esquemas de planeamento e desenvolvimento da Universidade, para se poder tomar uma decisão oportuna e esclarecida. Além disso, o período de austeridade que o orçamento do Estado atravessa obriga-nos a um maior esforço permanente de maximização dos recursos disponíveis. Contudo, apesar de todas as dificuldades que nos envolvem, temos de caminhar para a frente, na perspectiva do desenvolvimento constante e harmonioso da Universidade.

Estamos agora dando um novo passo. Por vontade dos vários corpos desta Instituição e por designação do Senhor Ministro da Educação e das Universidades [Prof. Vítor Crespo] está a constituir-se a equipe que, com a imprescindível cooperação de docentes, funcionários e alunos, vai responsabilizar-se superiormente, nestes próximos tempos, pelo governo, fortalecimento e expansão da Universidade do Minho. E porque este governo não pode atender a considerações pessoais mas sim às necessidades da própria Universidade, esta equipe vai-se constituindo na medida destas necessidades e ao ritmo das suas exigências.

Entre outros, dois problemas fundamentais apresenta hoje esta Universidade: um refere-se à sua própria existência como comunidade científica e pedagógica; outro às suas estruturas físicas e necessárias instalações. Por isso pareceu melhor solução entregar a coordenação destes dois problemas a dois vice-reitores: o Prof. *Sérgio Machado dos Santos* deverá portanto encarregar-se do pelouro científico e pedagógico, que constitui o cerne de uma Universidade viva, dada a sua já longa experiência como presidente do Conselho Científico, reconhecida pela clara votação dos próprios docentes. O outro vice-reitor é o Prof. *João de Deus Pinheiro* que se dedicará particularmente aos assuntos de instalação e planeamento, dada a sua intervenção, desde a primeira hora, no Gabinete de Instalações Definitivas (GID) e a sua experiência de planeamento que se tem afirmado não só neste Gabinete mas nos lugares que foi ocupando em várias comissões e até no próprio Ministério da Educação.

O GID era uma comissão que funcionava junto da Comissão Instaladora. Com o fim legal do período de instalação, o GID tem de ser reorganizado, dentro de perspectivas normais. Por isso será criada uma Comissão das Instalações sediada nos Serviços Técnicos. Mas esta Comissão alargada, continuará a beneficiar da presidência do Prof. *Barreiros Martins* pois nela a sua presença, feita de vasto saber e longa experiência, torna-se ainda necessária por muito tempo. Ao fim destes oito anos, conseguimos já, entre inúmeras dificuldades, organizar uma biblioteca razoável, mas não temos local apropriado; já um corpo notável de professores, mas não dispomos de gabinetes suficientes; adquirimos um magnífico computador mas vemo-nos em dificuldades para o instalar. Quer dizer: reunimos as condições fundamentais e em geral mais difíceis de obter, mas faltam-nos as estruturas físicas, os edifícios. O Senhor Ministro da Educação, na sua recente visita à Universidade do Minho, confessava perante a análise destes factos: a Universidade do Minho abrange já as outras condições para ser uma grande Universidade; apenas lhe faltam as instalações definitivas. Eis uma das razões porque pomos na linha das nossas principais preocupações este importante problema.

Há ainda outros aspectos frisantes que, por vários motivos, alheios à nossa vontade, ainda não podem ser atendidos por enquanto. Refiro-me, por exemplo às Unidades culturais que importa desenvolver e integrar mais intimamente no ritmo da Universidade. Está-se prevendo uma espécie de Conselho Cultural onde elas se estruturam e possam discutir e propor soluções para a realização

dos fins para que foram criadas, de serviço mais directo à comunidade.

Mas em relação com os objectivos que nos propomos alcançar, impõe-se desde já uma observação preliminar. Seria utópico supor que a Universidade pode evoluir e lançar raízes apenas por algumas estruturas e cargos de chefia, por muito importantes que eles sejam. É imprescindível cair na conta, de uma vez para sempre, que o nosso sistema mais unificado de direcção não cai nem deve cair numa concentração excessiva de poderes. Estes estão desconcentrados, e muito bem, pelos vários presidentes das unidades pedagógicas e seus conselhos, e pelos presidentes e conselhos das unidades de investigação e, noutro aspecto relevante, pelos presidentes e directores responsáveis das várias unidades de apoio. Só pelo funcionamento activo e harmónico de todos os sectores pode haver uma Universidade florescente. Se, por exemplo, nas Unidades se não é exigente na escolha e proposta dos candidatos à Universidade, se nelas não se procura igualmente que os docentes e funcionários sejam bem distribuídos pelas suas funções de modo que todos estejam integrados num trabalho efectivo de conjunto e se sintam membros activos e operosos da mesma obra, nunca poderemos realizar a Universidade válida por que todos aspiramos.

E já nem me refiro, porque é evidente, à necessidade imprescindível do bom funcionamento dos Conselhos Científico e Pedagógico pois é neles que todas as questões fundamentais relativas ao ensino e à investigação se discutem e procuram resolver.

Outro problema a que temos de atender nos próximos meses não só por imposição da lei mas também por exigência vital, é o da preparação dos Estatutos da Universidade. Não se trata apenas de encontrar algumas formas estruturais, aliás já delineadas pela Comissão Instaladora, mas de responder ao desafio dos tempos sobre a definição e a missão da Universidade.

É convicção generalizada de que a Universidade, no mundo actual, se encontra ainda em crise. Esta situação não creio que se deva imputar aos universitários – mestres e alunos-actuais; é antes o resultado de um longo processo em que intervieram diversos factores. Vou-me limitar a esboçar apenas a questão e a apontar as linhas gerais que a nossa Universidade, consciente do problema, tem posto em prática para a sua solução.

A Universidade apareceu em pleno século XII com moldes tipicamente organizados e hierarquizados – *universitas magistrorum et scholarium* – e em completa autonomia institucional, com plena

independência administrativa e liberdade intelectual. Esta autonomia foi-se perdendo pouco a pouco até degenerar, passados séculos, num organismo estadual.

A esta decadência como instituição ia-se juntando outra no domínio da sua função cultural. Dentre os fins da Universidade o que mais avulta, desde o princípio, é o da preparação dos alunos para o exercício das profissões futuras. Mas não se limitou a fornecer esta preparação dentro de um espírito rotineiro de pura transmissão de ciência feita. Ultrapassando o velho espírito casuístico, procurou atingir o espírito de síntese ou seja a construção dos grandes princípios e das grandes preocupações teóricas. Era a essa luz que se estudavam, com espírito crítico, os problemas concretos num enquadramento sistemático de modo a situar a justa hierarquização desses problemas no quadro unitário da ciência por eles cultivada. Assim, a Universidade procurava estabelecer a correlação das ciências, umas com as outras, harmonizadas entre si, numa visão unitária do saber humano. Isto reflectia-se no seu aspecto institucional: a Universidade era não só a *universitas magistrorum et scholarium*, mas também, do ponto de vista cultural, a *universitas scientiarum*, isto é uma Escola, síntese de escolas e não mera sobreposição de escolas. Assim, refontalizando o conceito de Universidade, a Universidade do Minho tem procurado defender desde o princípio, dentro do possível, a justa autonomia da Universidade. Por isso, foi das primeiras que aceitou a sua intervenção para a nomeação do reitor. Mas além disso, procurou recuperar o sentido da interdisciplinaridade das ciências buscando e propondo um novo molde de Universidade que apelidou – o nome é secundário – de «Universidade de Projectos». Depois de uma certa experiência, embora limitada, deste tipo de Universidade, teremos agora de retomar o problema nos novos Estatutos, tentando reter as vantagens e diminuir os inconvenientes. É um trabalho que diz respeito a todos e em que, portanto, todos devem participar, especialmente aqueles que sentem a sua vida ligada, de modo mais íntimo e permanente, à própria Universidade. Temos de nos apressar neste trabalho pois assim o exigem os limites que nos foram impostos por lei: o Estatuto deve estar pronto, para ser proposto à aprovação do Ministério, no próximo mês de Junho.

Esta preocupação de desenvolvimento da Universidade diz-nos respeito primeiramente a nós universitários, mas de modo algum deve ficar confinada a nós próprios e aos nossos muros como numa torre de marfim. É preciso que os distritos e as cidades mais ao

Norte, as autarquias, as empresas, a imprensa, toda a Região, compreendam que a Universidade é uma força fundamental no desenvolvimento cultural, social e económico de toda a nossa zona geográfica e que o melhor serviço que ela pode prestar à comunidade é, em primeiro lugar, a qualidade do seu ensino e da sua investigação e que isto requer também um empenhamento dinâmico da Região na consolidação e desenvolvimento da Universidade. É urgente, neste aspecto, mudar a imagem da Universidade e nisso temos de nos empenhar todos a fundo. Nem pretendemos mudar só alguma coisa... para que tudo fique na mesma. Nesta fase, a Universidade precisa de um segundo «fôlego». Se todos, Universidade e Região, procedermos com realismo lúcido, com rectidão de intenções, com espírito de servir, muito se poderá conseguir na realização de uma obra que é de todos e a todos aproveita.

Finalmente e em resumo, a nossa tarefa será a de desenvolver a Universidade do Minho nos vários aspectos, juntando as forças de todos, criando e renovando estruturas, eliminando estrangulamentos e procurando a criação de condições e dimensão crítica adequada. Para ser mais concreto, vamos esquematizar, em alguns pontos fundamentais, aquilo que pensamos ser mais premente para o desenvolvimento da nossa Instituição:

- * A expansão física e humana
- * O reforço da investigação científica e tecnológica
- * A diversificação dos cursos oferecidos
- * A institucionalização do diálogo Universidade do Minho e Região
- * A ampliação das estruturas de apoio social escolar
- * A obtenção de fontes de financiamento complementares
- * A racionalização da gestão científica, pedagógica e administrativa
- * O incentivo às actividades editoriais científico-pedagógicas.

Se conseguirmos levar a cabo este programa, teremos dado um passo decisivo na consolidação e desenvolvimento da Universidade do Minho. Mas desde já o confessamos que não o poderemos fazer sem a cooperação constante e entusiástica de todos os professores, funcionários e alunos e ainda sem a ajuda de todas as forças vivas da Região.